

O LIBERAL 2º CADERNO

Belém, segunda-feira, 25 de junho de 1984

Uma extensa área amazônica se transforma num campo minado: explosivos sismógrafos fabricados à base de nitroglicerina estão abandonados na região, o que já causou a morte de quatro índios e a incapacidade física de outro. Também, a abertura de clareiras em plena selva, a derrubada indiscriminada de árvores, perda de locais para caça e pesca, emprego de mão-de-obra indígena sem a participação do órgão tutor. Isto somado às bebidas e filmes pornográficos introduzidos nas aldeias, transforma-se num "escândalo" que leva franceses a tribunais brasileiros e Juruna à França.

Ele quer falar com Mitterrand, a quem pedirá punição dos culpados.

JURUNA X MITTERRAND

Um encontro que pode explodir

Fotomec do
 Jornal de Brasília

O

s fatos que levaram o deputado Mário Juruna a escrever uma carta ao presidente da França, François Mitterrand, bem como a decisão de tentar um encontro com ele no próximo mês, quando seguirá para a Europa como convidado para uma reunião sobre direitos humanos, que se realizará em Genebra.

Em 1981 teve início o trabalho da estatal francesa Elf Equitaine que, por intermédio de sua subsidiária, Cia Brasileira de Geofísica, efetuou, através de um contrato de risco autorizado pela Petrobrás, um levantamento sismográfico nas terras dos índios Sataré e Munduruku. Tudo terminou dando errado. O petróleo não foi encontrado e os estragos feitos na reserva, segundo observadores, irreparáveis. Além de algumas mortes e dos prejuízos materiais, houve também os chamados prejuízos morais — com índios assistindo filmes pornográficos e sendo iniciados na bebida. A fora isto, bombas à base de nitroglicerina foram deixadas na selva (até agora a polícia já recolheu 197 delas). Um perigo que ameaça as aldeias. Na entrevista, o deputado Juruna, conta como tudo começou, as providências que foram tomadas e o processo que os índios moverão, na Justiça, contra a estatal francesa.

Como o sr. tomou conhecimento do fato?

Juruna — Em fevereiro deste ano estive no Amazonas e tive oportunidade de encontrar várias lideranças indígenas daquele estado. Na ocasião eles me apresentaram várias denúncias do que estava ocorrendo por lá. A que mais me impressionou foi o fato de "explosivos" já terem matado 4 índios (3 homens e 1 mulher) e ter deixado um outro mutilado.

Onde ocorreu este fato?

Juruna — Junto aos índios Sataré e Munduruku, habitantes da região conhecida como Baixo Amazonas — na área compreendida entre os rios Madeira e Tapajós.

Como tudo começou?

Juruna — A Petrobrás, através de contrato de risco, autorizou a empresa estatal francesa Elf Equitaine a realizar pesquisa petrolífera dentro das reservas indígenas Sataré e Munduruku.

Como os índios reagiram ao tomar conhecimento deste contrato?

Juruna — Eles somente tomaram conhecimento quando os equipamentos e o pessoal da Elf Equitaine já estavam entrando na área indígena. Eles protestaram e exigiram a expulsão dos pesquisadores que, inclusive, tinham como base um barco-hotel flutuante.

E qual foi a atitude da FUNAI, naquela época?

Juruna — A FUNAI, ao invés de procurar defender os interesses dos índios, autorizou a continuidade das pesquisas sem ouvir a comunidade, aceitando uma indenização simbólica pelos prejuízos materiais provocados pela Elf Equitaine.

Que prejuízos foram estes?

Juruna — Desmatamento, formação de clareiras e picadas dentro da reserva dos índios Sataré e Munduruku. As terras foram todas cortadas por estas picadas. Além do prejuízo material, que foi a destruição de castanheiras, pau rosa e outras madeiras e árvores frutíferas, a presença da empresa pesquisadora de petróleo na área indígena, com suas explosões, expulsou da área toda a caça e a pesca, principal alimentação daqueles índios. Os animais são os primeiros a perceberem o abalo sísmico, por isto se afastam. Para entreter a equipe dos trabalhadores, foram levados filmes pornográficos e bebidas, afetando, com isto, a própria cultura daquela comunidade. Um índio, querendo imitar o que vira num filme, foi agredido por sua mulher, que não aceitou. Outras coisas muito tristes e graves ocorreram por lá.

Por exemplo?

Juruna — A Elf Equitaine deixou espalhada por toda região incontáveis bombas que, na ocasião de serem detonadas, não explodiram. As áreas dos índios Sataré e Munduruku são hoje, em razão das bombas que lá se encontram, um verdadeiro campo minado. Um local onde o perigo está permanentemente presente.

Qual a composição química destas bombas?

Juruna — Segundo informações da Petrobrás, enviadas ao Ministro da Justiça,



Fotos Tadashi Nakagomi



A foto polaroide que o Deputado Mário Juruna tem em seu poder, mostra duas das "bombas" francesas nas mãos do índio capitão "Dico", as quais foram transportadas de táxi, por ambos, até o Comando Militar da Amazônia, numa operação muitíssimo perigosa.

E foram encontradas mais bombas?

Juruna — "Muitas. Só agora, no inquérito que está sendo feito no local, a polícia apresentou 197 delas. Com isto, dá para se ter uma idéia do perigo que aqueles índios estão correndo".

O sr. viu algumas delas?

Juruna — Sim. Duas delas, no mês de fevereiro deste ano, me foram apresentadas como prova das denúncias que o índio — capitão Dico me fez. Eu, inclusive, não sabendo do perigo que elas apresentavam, acompanhado de um assistente, fui levá-las de táxi ao Comando Militar da Amazônia, onde as deixei para exame do grau de toxicidade. Elas poderiam ter explodido, ocasionando um acidente.

E o Comando Militar da Amazônia fez o laudo?

Juruna: Não. Passei um telex para lá em março, solicitando ao general Anápio Gomes Filho que mandasse examinar as bombas e fornecesse o laudo pericial em relação ao grau de toxicidade e risco de vida. Recebi uma resposta assinada pelo tenente-coronel Caldas. Ele, em nome do general, comunicava que, por solicitação, o comando determinou destruição dos dois petardos explosivos em 21 de fevereiro, e que lamentava a impossibilidade de atender à solicitação do laudo, em virtude do órgão não

possuir atribuição para realizar perícias daquela natureza.

E o que o sr. fez depois disto?

Juruna: Encaminhei um ofício ao ministro da Justiça. Este, por sua vez, solicitou informações à Petrobrás. E isto tudo terminou virando uma verdadeira operação na área, para que os fatos fossem esclarecidos.

Parece que o sr. não está de acordo com certas coisas ditas pela Petrobrás, no esclarecimento que ela enviou ao ministro da Justiça. Quais são?

Juruna: Tem coisas que nós não aceitamos. Por exemplo: dizerem que os índios têm uma grande habilidade em lidar com dinamite. Outra coisa: como foram encontradas nas casas dos índios mais de 30 cargas, é explicada como a possibilidade de furtos nos acampamentos da citada companhia de Geofísica, nas clareiras, ou de terem sido elas retiradas dos furos de detonação pelos índios alguns dias após a sua colocação pela equipe de trabalho. O descuido da companhia e a displicência podem ser sentidos numa parte do relatório da Petrobrás que diz: «Como não se detectou a falta de explosivos nos relatórios da companhia de Geofísica, acredita-se que os explosivos foram retirados dos furos de detonação logo após colocados pela equipe de operação». Isto é impossível. Será que eles não poderiam controlar a detonação? Além do mais, com as 197 bombas encontradas na área — pela Polícia Federal — esta semana, tudo isto, fica sem efeito.

Afinal, de quem é a culpa?

Juruna: Sobre o assunto, a Petrobrás, no documento enviado ao ministro da Justiça, diz: «... sobre o relatório do chefe do Posto Indígena da Funai, em Marajó, cumpre-nos esclarecer, todavia, que são impróprias todas as referências feitas à Petrobrás, devendo tais citações serem entendidas como feitas à Companhia Brasileira de Geofísica, empresa subcontratada da Elf Equitaine para execução do levantamento sísmico nas áreas em questão. Os últimos trabalhos realizados pela Petrobrás nessas áreas datam de junho/julho de 1974, e foram levantamentos sísmicos fluviais». Agora, para mim e para os outros índios, a Petrobrás é tão culpada quanto a Elf Equitaine. Tudo foi feito sem o mínimo respeito à natureza e ao índio. Quanto à Funai na época, então, nem se conta. A última coisa em que ela pensou, como costumava fazer, foi no índio. A importância que ela cobrou para pagar os prejuízos, de tão pequena, pode ser considerada uma esmola. E o índio não precisa de esmola. Ele quer respeito, bem como respeitado deve ser o seu território.

E agora, deputado?

Juruna: De minha parte, já mandei uma carta ao presidente da França e dei algumas entrevistas para a imprensa estrangeira. Vou botar a boca no mundo e esta história não vai ficar assim. Tenho que encontrar com o Mitterrand de qualquer maneira. A Elf Equitaine é uma estatal e, por isto, quero saber como o governo vai pagar aquele estrago todo feito na reserva e até na cabeça dos índios. E os animais? Quem é que vai trazê-los de volta? Será que o estrangeiro não pensa que está na hora de começar a respeitar o índio, verdadeiro dono do Brasil? Chega os estragos que fizeram na época em que isto aqui ainda era colônia. Agora os índios já têm um representante no Congresso que vai defendê-los e denunciá-los sempre o que for preciso. Eu fui convidado para participar de uma reunião que será realizada em Genebra — sobre direitos humanos. Vou fazer escala em Paris e tentar falar com o Mitterrand. Ele tem que pagar o que os franceses fizeram na floresta, o que fizeram com os índios. Quanto à Funai, agora que ficou provado que não houve rastreamento ou desativação de bombas e, depois de tomar conhecimento que a importância que a Elf quer pagar aos índios, a título de indenização, é tão pequena que não daria para cobrir nem 10% dos estragos, vai entrar na Justiça. Ela rompeu qualquer tipo de acordo com aquela companhia. Agora, quem vai decidir são os tribunais. A coisa vai alto. Antes de dar esta confusão toda, um antropólogo da Funai, Célio Horst, fez um relatório dos danos e um orçamento do prejuízo. Naquela época, o presidente da Funai, achando talvez que a quantia solicitada fosse muito elevada para os índios e prevendo novos trabalhos de prospecção, que implicariam novas indenizações, resolveu desconsiderar a avaliação do antropólogo. Ele levou aos índios um cheque que, antes de qualquer coisa, é uma verdadeira piada: cinco milhões de cruzeiros. Como se isto pagasse a vida dos que morreram, as árvores que foram derrubadas, os animais que fugiram e a terra que foi brutalmente violentada. Eu quero justiça, ela será feita. A qui ou em Paris. Não abriremos mão. Já não é mais uma questão de ser ou não ser índio. É uma questão de sermos brasileiros e querermos respeito com o que é nosso.